

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ



Audiência pública terça-feira, dia 16, às 9h, no auditório do Quinhentão (CCS), Cidade Universitária

Há vários anos os hospitais universitários sobrevivem às crises causadas principalmente por falta de profissionais concursados e de recursos para investimentos em infraestrutura, materiais e equipamentos. O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, mais conhecido como HU, por ser o maior do país, lidera o triste ranking das dificuldades. Por essa razão, o atual diretor da unidade, Eduardo Côrtes, decidiu chamar uma audiência pública para discutir os problemas do HU com toda a comunidade universitária e a sociedade em geral – Ministérios Públicos, parlamentares, DCE, sindicatos, centrais sindicais, OAB, ABI, entre outros órgãos e entidades civis.

Reunião com a comunidade do INDC (técnicos-administrativos, docentes e estudantes)

Quarta-feira, dia 17, às 10h.

Pauta: Eleição para a direção do INDC e Comissão Eleitoral. Com a participação da direção do Sintufrj.

DOIS PONTOS

Toninho sonha com seu samba-enredo vitorioso

Antônio José Avelino, o Toninho Z-10, 47 anos, é motorista da Superintendência de Assuntos Fora da Sede. O que muita gente não sabe é que ele é compositor de samba-enredo. E dos bons! O motorista sonha em ver seu samba, feito em parceria, vencedor. Sonho que busca para o carnaval de 2015. “Quero ganhar na escola e mais ainda na avenida”, afirma.

No momento Toninho se dedica à disputa da música do samba-enredo da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel para o carnaval de 2015. O enredo é “O maestro brasileiro está na terra de Noel. A partitura azul e branca, da nossa Vila Isabel”. O samba-enredo do qual Toninho Z-10 participa foi feito em parceria com Macaco Branco, Davi Sambaí, Paulinho Miranda, Elton Carvalho, com participação

especial de Turko e Maradona.

Todos os sábados, Toninho está na escola para participar das eliminatórias que culminarão com a escolha dos quatro finalistas para a disputa final dia 18 de outubro. Quem defende o samba são os intérpretes Tinga, Gera, Carlos Jr, Davi Sambaí e Juan Herdeiros. Uma particularidade do samba é a abertura feita por uma violinista alemã, que veio fazer um curso na Escola de Música da UFRJ.

“Se chegarmos à final, e vamos chegar, pretendemos encher vários ônibus para levar nossa torcida. O pessoal da UFRJ já está convidado desde já”, anuncia Toninho.

Carreira

Toninho começou no samba na União da Ilha como baterista,

sendo convidado para fazer parte da ala de compositores da Ilha. O codinome Z-10 ficou por conta da Colônia de Pescadores da Ilha. Ficou na escola por cinco anos, indo depois para a Grande Rio, onde permaneceu por dois anos.

Foi para o Salgueiro em 2009, sendo campeão em parceria com outros compositores com o samba “Tambor”, no carnaval de 2010. Permaneceu no Salgueiro até 2013. Em 2014 foi convidado para a Vila Isabel pelos compositores Macaco Branco e Davi Sambaí.

Toninho é também vice-presidente do Bloco de Embalo Vermelho e Branco da Z-10, da Ilha do Governador. “Quem quiser participar dos ensaios, é toda sexta-feira, a partir das 20h, na Colônia de Pescadores Z-10”, convida.



Fotos: Renan Silva

ANTÔNIO mostra o CD do samba com que concorre na Vila

Desafio Saúde na Medida Certa

O campo da Prefeitura da UFRJ amanheceu animado na sexta-feira, 12, com a realização da segunda etapa do Desafio Saúde, provas físicas que integram o Programa Saúde na Medida Certa, desenvolvido em conjunto pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro, Faculdade de Farmácia e o Sintufrij.

Além dos 25 inscritos no programa, também participaram do desafio outros alunos do Espaço Saúde Sintufrij, com o propósito de incentivar os amigos. Ao todo, foram 75 os participantes do desafio, além dos professores de educação física do Sindicato, que organiza a atividade.

O grupo foi dividido em 15 equipes de cinco pessoas. Cada equipe recebia o nome de um país: Cingapura, Kuwait, Tanzânia, Madagascar, Gana, Zimbábue, Paquistão, Omã, Senegal, Zâmbia, Ruanda, Vietnã, Indonésia, Sri Lanka e Nepal.

Circuito e corrida

A prova foi iniciada com um circuito de várias atividades. Para começar, os competidores tiveram que puxar com uma corda uma manilha de 10 quilos, depois percorrer um percurso sinuoso (em torno de cones), realizar exercícios abdominais e tarefas como rolar um pneu e carregar uma caneleira de 2 quilos nos braços.

A segunda parte foi uma corrida de revezamento de 50 metros. Os que terminavam nas equipes essa prova tinha que procurar em 15



DESAFIO constou de várias atividades físicas



EQUIPE do Espaço Saúde e participantes posam para foto

caixas espalhadas em outra parte do campus a bandeira com o nome do país que representava.

Embora a execução das provas pontue dentro do programa, todos os participantes receberam medalhas por terem cumprido as tarefas nas duas horas de atividades, que começou às 7h.

Mês que vem tem mais

Carla Nascimento, coordenadora do Espaço Saúde Sintufrij,

disse que as atividades foram leves porque o público é variado, mas que todos foram bem. Ela adiantou que a próxima atividade programada será uma corrida e caminhada de quatro quilômetros, em outubro. Ela fez questão de agradecer à Prefeitura da Cidade Universitária, pelo espaço, ao Corpo de Bombeiros, que disponibilizou uma ambulância para acompanhar o evento, e à direção do Sintufrij, o apoio recebido.

Dupla comemoração no Espaço Cultural

No dia 3 de outubro os trabalhadores da UFRJ estão convidados para a celebração do aniversário do Espaço Saúde Sintufrij e da Oficina de Dança do Sintufrij.

O Espaço Saúde comemora oito anos de um trabalho voltado para a prevenção e manutenção da saúde, que foi evoluindo ao longo dos anos. A Oficina de Dança comemora 21 anos de muitos ritmos e formação de bons “pés de valsa”.

A festa será no Espaço Cultural, a partir das 18h, com a participação especial da Banda Novos Tempos e do Dj Nelsinho. Durante o evento haverá aula de ritmos com a professora do Espaço Saúde Elaine Almeida e apresentação da Oficina de Dança.

Encontro de portadores de doenças crônicas

A Comissão de Direitos do Paciente do Hospital Clementino Fraga Filho promove a partir desta segunda-feira, dia 15, até o dia 17, o I Encontro de Pacientes Portadores de Doenças Crônicas do HU. O evento vai ser realizado na portaria principal, das 9h às 16h.

Entre as entidades participantes estão a Associação dos Amigos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais (AAPODII), Associação dos Falcêmicos e Talassêmicos do Rio de Janeiro (Afarj), Associação dos Portadores e Amigos de Lúpus do Rio de Janeiro (Apalurj), Grupo SOS Lúpus e a ONG Amigos do Transplante Hepático.

O Diletante

As Escolas de Música, Belas Artes e Comunicação da UFRJ realizarão a montagem de *O Diletante*, ópera de João Guilherme Ripper, com estreia mundial em 25 de setembro, no Salão Leopoldo Miguez. A ópera é baseada na peça homônima de Martins Pena, um clássico do teatro de comédia brasileiro. O libreto e a música foram encomendados a Ripper pela Escola de Música em comemoração aos 20 anos do projeto Ópera na UFRJ.

João Guilherme Ripper é o compositor brasileiro contemporâneo que mais tem se dedicado ao gênero operístico, com obras como *Domitila*, *Anjo Negro*, *Piedade* e *Ombeamama*. Sua nova criação faz uma homenagem bem-humorada ao mundo e aos amantes da ópera.

Ópera na UFRJ, um dos mais bem-sucedidos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi criado em 1994, e desde então já produziu 17 montagens, envolvendo docentes, discentes e técnicos-administrativos da universidade.

Iório foi eleito decano do CCJE

O novo decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) é o professor Vitor Iório, que concorreu ao cargo pela chapa 1 ao lado do professor Antonio José Barbosa, eleito seu vice. Eles obtiveram 28,7% dos votos dos técnicos-administrativos, docentes e estudantes das unidades que integram o CCJE, em eleição disputada por mais duas chapas.

Seminário nacional recoloca o tema no centro das preocupações das Ifes

Com base nos debates e nas conclusões do seminário, o Sintufjr já planeja convocar o GT-Segurança para encaminhar soluções para a falta de segurança nos campi da UFRJ

O XXIII Seminário Nacional de Segurança das Instituições Públicas de Ensino Superior e Educação Básica Técnica e Tecnológica ocorreu entre os dias 8 e 13 de setembro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Representaram o Sintufjr no evento os coordenadores de Organização e Política Sindical Boaventura Souza Pinto e Aluizio Paulino do Nascimento, e os colaboradores Gersino Teotônio e Luciano Cunha do Nascimento.

O seminário discutiu políticas públicas e de segurança nas instituições, mas constou ainda da programação o debate sobre os seguintes temas: conjuntura nacional e internacional, legislação de trânsito, uma nova visão de segurança para as universidades, terceirização e concurso público, dependência química nas universidades, sistema de segurança e tecnologia da informação, aposentadoria e legislação, adicional e projetos no Congresso Nacional.

Avaliação

No segundo dia do seminário, Aluizio avaliou que os temas abordados estavam sendo bem discutidos. Ele informou que até aquele momento já haviam sido discutidos legislação, segurança intensiva, apoio da Polícia Militar no interior dos campi e terceirização.

Segundo o dirigente sindical, a atuação da PM nos campi rendeu muita discussão. “Os presentes avaliaram que é de grande importância (a presença deles), mas concluíram que a responsabilidade do patrulhamento nas universidades é da segurança universitária. Neste caso, a PM atuará como apoio e não o contrário”.

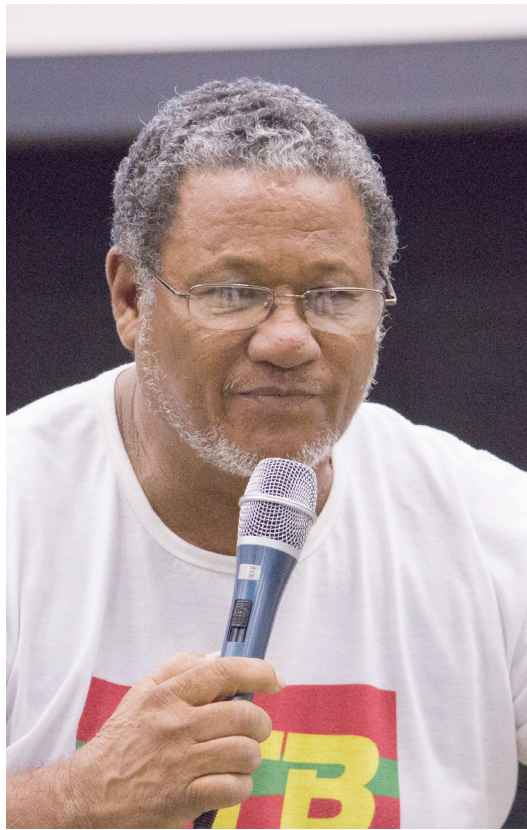
Outro tema que chamou a atenção dos presentes, disse Aluizio, foi a formação dos profissionais na área de segurança. “A vigilância universitária da Universidade Federal de Pernambuco está sendo considerada a melhor, não apenas pelos equipamentos, mas pelo preparo constante de seu pessoal. Os vigilantes são preparados desde como devem fazer a abordagem nos campi à investigação. Eles adotaram uma série de iniciativas que podem servir de exemplo para outras instituições”, informou Aluizio.

Mas, acrescentou, depoi-

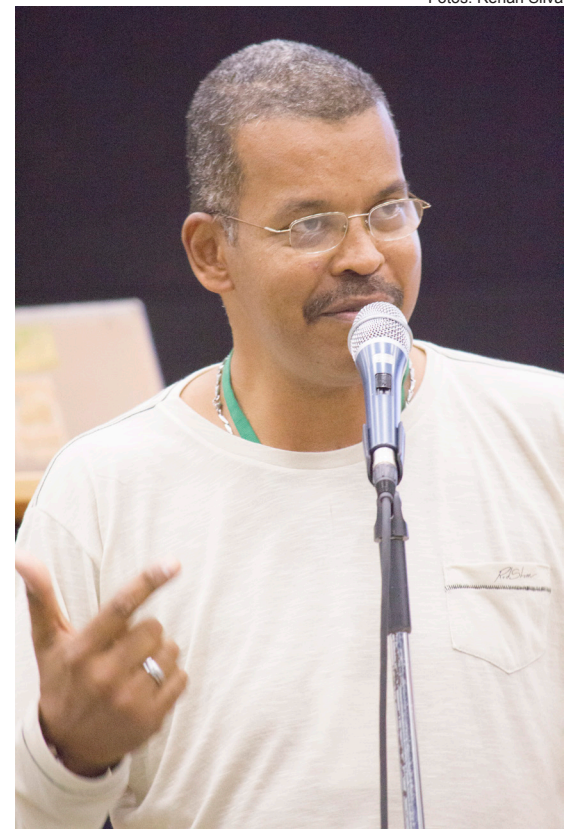
mentos de companheiros vigilantes de outras instituições mostraram as dificuldades que enfrentam no dia a dia por trabalharem desarmados. “E a questão do armamento assim como a falta de viaturas foram dois temas também bem discutidos”, disse o coordenador do Sintufjr.

Tarefas

Aluizio adiantou que assim que ele e Boaventura retornarem ao Rio de Janeiro, irão se debruçar sobre os assuntos discutidos no seminário e após agendarão uma reunião do Grupo de Trabalho Segurança do Sintufjr. Ele pretende convocar, inclusive, o pessoal que trabalha com o trânsito nos campi, o comando da Polícia Militar da Ilha do Governador, o delegado da 37ª Delegacia de Polícia e outras autoridades para debater a segurança na UFRJ à luz das discussões em nível nacional sobre o tema.



BOAVENTURA Souza Pinto



ALUIZIO Nascimento

Fotos: Renan Silva

Racionalização é prioridade para os motoristas

Essa foi uma das decisões aprovadas no V Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais dos Veículos Federais



RUBENS Moraes

As lutas contra as terceirizações, por concursos públicos e pela racionalização dos cargos foram as principais definições aprovadas no V Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais dos Veículos Federais, realizado nos dias 5 e 6 de setembro na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. O coordenador sindical Rubens de Moraes representou o Sintufjr.

Nos dois dias os participantes do seminário debateram conjuntura e terceirizações/privatizações dos

serviços públicos; racionalização da carreira e concursos; diárias e adicionais; jornada de trabalho de 30 horas; além de assédio moral, segurança e saúde do trabalhador. O coordenador de Organização e Política Sindical do Sintufjr, Rubens de Moraes, representou a direção do Sindicato no evento.

O próximo seminário está marcado para 9 e 10 de outubro de 2015, em Fortaleza (CE). Conheça as resoluções do V Seminário:

- Pelo pagamento de horas extras nos sábados, domingos e feriados, nas proporcionalidades devidas, e após as 8 horas trabalhadas de segunda a sexta-feira.

- Propor convocação de reunião nacional dos motoristas e Fasubra para março de 2015, em Brasília. O objetivo é discutir e avançar na construção das políticas cabíveis à organização dos motoristas, como a construção de medidas legislativas que abarquem a situação de quem pode

dirigir veículo oficial e adicional de risco de vida. Indicar a organização e constituição de debates na base e nos estados previamente.

- Interceder junto aos sindicatos para que sejam cumpridas as Leis 1.081, 9.327 e 9.632, se necessário através de mandado de segurança. As Leis 1.081/1950 e 9.327/1996 dispõem sobre o uso e condução de veículo oficial; a Lei 9.632/1998 dispõe sobre a extinção de cargos na administração pública federal.

- Abertura imediata de concurso público para motoristas das Ifes, Ifets e Cefets.

- Propor à Fasubra que, considerada a atual necessidade de formação, complexidade da função e experiência necessária, seja defendida a classificação do cargo de motorista na Classe D.

- Que os motoristas presentes ao encontro busquem apoio nos sindicatos para fazer chegar aos

reitores a proposição de acabar com a terceirização através da abertura de concurso para suprir a demanda de todas as áreas, e que os reitores levem essa proposta à Andifes.

- Ainda com relação à terceirização, procurar os parlamentares nos estados para cobrar a construção de projetos legislativos que prevejam concursos para todos os cargos em substituição à terceirização. Quando do momento da entrada em votação desses projetos, convocar a categoria para se fazer presente em Brasília pressionando no momento da votação.

- Campanha e denúncia sobre o poder público de que a privatização é um mal enorme para as comunidades, considerando a qualidade dos serviços, o interesse público e o elevado custo que passa a custear os serviços. A constituição de interesses privados atravessadores gera precarização das condições de trabalho, péssimos salários pagos aos trabalhadores e exorbitantes lucros aos patrões.

HUs

Dirigentes cobram definição sobre o Complexo Hospitalar pela UFRJ

Conselho do CCS discute também a terceirização de extraquadro e a Ebserh

A sessão do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências da Saúde, realizada na segunda-feira, dia 8, deu continuidade à discussão iniciada no dia 18 de agosto sobre a situação caótica dos hospitais universitários e possíveis soluções para os problemas apresentados. O objetivo é formular propostas para a Reitoria encaminhar ao governo cobrando mais verbas e vagas para concursos públicos destinados aos HUs da UFRJ.

A exposição pelos diretores de unidades de saúde sobre as suas demandas abriu a reunião. Os dirigentes do Instituto de Ginecologia Gutemberg Almeida Filho, Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), Instituto de Psiquiatria, Instituto de Atenção Básica à Saúde (ex-Hesfa) e o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho foram exemplo para os demais ao apresentarem planilhas detalhadas sobre a situação dos hospitais.

Faltaram informação e propostas

Como nem todos os diretores de hospitais se deram ao trabalho de elaborar relatórios e planilhas, os dados sobre as unidades, e também como era esperado não foram apresentadas contribuições com propostas para além das necessidades atuais, a reunião terá continuidade.

A decana do CCS, Maria Fernanda Quintela, ressaltou a importância de os diretores apresentarem na reunião propostas para serem implementadas a curto, médio e longo prazos, e também proporem metas baseadas em questionamentos tais como: “Quais os nossos objetivos? O que o orçamento cobre?”. Os problemas com a falta de pessoal, lembrou a decana, já ficaram evidentes na primeira reunião do Conselho que discuti os HUs, quando foi concluído que era a principal demanda a ser resolvida.

Ela informou que estudaria o material enviado pelas unidades hospitalares, assim como as planilhas preparadas pelas Pró-Reitorias de Pessoal e de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças “para propor um novo modelo”. E anunciou que organizará uma reunião antes da próxima sessão do Conselho que continuará a discutir os HUs, para tratar da integração de metas e propostas dos hospitais e unidades acadêmicas.

Para a decana, a discussão avançou: “A gente precisa discutir metas para que a gente pense de uma forma integrada de funcionamento e que não possa dissociar ensino, pesquisa e assistência”.

Extraquadro

Nessa reunião, algumas questões voltaram ao centro do debate, como o pagamento dos salários dos extraquadro, as dificuldades com as firmas de terceirização, o Complexo Hospitalar e as ameaças da retomada da discussão sobre se a Ebserh deve ou não entrar na UFRJ.

A necessidade de cada diretor pagar pelos quatro últimos meses do ano o seu pessoal extraquadro preocupa não apenas pelo gasto, mas também pelo fato de que o pagamento não pode ser feito com verbas do SUS. Uma das propostas em discussão é que a Reitoria continue arcando com o salário desse pessoal e, em troca, as unidades hospitalares assumiriam os custos com água, energia e gás.

O ponto de discussão sobre a terceirização de mão de obra dos HUs foi em relação ao ônus que as empresas terceirizadoras acarretam para as unidades ao não pagarem em dia os trabalhadores contratados, que são obrigados a suspender suas atividades até por falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Foi dito na reunião que algumas unidades rechaçaram a contratação de extraquadro por empresas terceirizadas, porque elas não oferecerem



DIRETORA do Hesfa, Maria Catarina, expõe aos colegas as demandas de sua unidade

segurança aos trabalhadores.

De acordo com os representantes da Maternidade-Escola e do Hesfa, a empresa (Carter de Empreendimentos de Mão de Obra Ltda.) que contratou os extraquadro não pagou os trabalhadores e agora terão que retornar com eles para a folha. “Desde o início achei que essa empresa não ia dar certo. Ela pediu para os funcionários pagarem o exame admissional e que depois devolveria o dinheiro. É uma coisa angustiante. Na verdade (os trabalhadores) são pessoas antigas (na unidade) que a gente está segurando”, lamentou a diretora do Hesfa, Maria Catarina da Motta.

Nelson Sousa e Silva, diretor do Instituto do Coração, disse que o Complexo Hospitalar já havia elaborado uma planilha com informação dos diretores sobre os recursos das unidades e suas despesas. “Tudo estava pronto e, pelo que eu saiba, o Complexo Hospitalar ainda existe. Essa solução não passa pela decisão de cada um, passa pelo Complexo”,

frisou. Ele explicou que, unindo todos os serviços e atividades das unidades hospitalares e atuando de forma integrada, a arrecadação de recursos do governo poderia ser 70% maior.

Adalberto Vieyra, diretor do Núcleo Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem, ponderou que se prosseguissem pelo “caminho do mosaico e não da integração, estaremos indo mal”. Ele alertou que está faltando um canal de diálogo e avaliou que é preciso uma definição sobre o reconhecimento ou não, de uma vez por todas, do Complexo Hospitalar.

O diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Eduardo Côrtes, disse que está na hora de a UFRJ reformular sua posição e justificou: “Os hospitais estão trazendo à tona problemas que estão em toda a universidade”.

Para ele, as condições do hospital são inaceitáveis há mais de uma década: “Não dá para ficar reclamando nas quatro paredes”, voltando a cobrar um

posicionamento da universidade para ser levado ao governo. Ele anunciou a audiência pública que está convocando para mobilizar a sociedade em busca de apoio para o hospital.

Maria Tavares, diretora da Maternidade-Escola, também defendeu como essencial que a UFRJ defina o que quer para seus hospitais. Porém, disse que teme o fato de o Complexo Hospitalar tornar-se algo mítico porque a questão é imediata. Segundo ela, a Maternidade-Escola, por exemplo, já tinha garantida a solução para seu extraquadro proposta pelo governo com a Ebserh: “O governo oferece uma resposta que a maioria das universidades está aderindo”, disse.

Mas Eduardo Côrtes informou que o Ministério Público Federal de Minas Gerais cancelou o acordo da Ebserh com a Universidade Federal de Juiz de Fora e que há problemas com a Ebserh também em Brasília e no Paraná: “Esse caminho não é assim tão fácil”, alertou.

Ebserh é rechaçada pelo MPF em Juiz de Fora

Órgão proíbe a transferência de gestão do hospital universitário da UFJF para a empresa

O Ministério Público Federal em Minas Gerais obteve liminar em Ação Civil Pública que buscava impedir a transferência da gestão do hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Para o MPF, a adesão da universidade à Ebserh significa a privatização dos serviços de saúde e de educação prestados pelo Hospital de Clínicas da UFJF.

“Além da nova entidade poder contratar profissionais sob o regime celetista, inclusive

definindo regime próprio de remuneração e gestão de pessoal, o que contraria o regime jurídico único, o MPF/MG ainda vê risco de dilapidação do patrimônio público. Mas o temor maior é o de que a adesão viole a autonomia, inclusive acarretando prejuízos significativos à qualidade da formação dos estudantes da área de saúde que utilizam o hospital como extensão e local de prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula”, registra matéria publicada no site da Fasubra.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lideranças sindicais e estudantil opinam sobre a audiência pública desta terça-feira

Eduardo Côrtes espera, com a iniciativa, conquistar o apoio da sociedade para, entre outras medidas, contratar profissionais necessários ao funcionamento da unidade

A audiência pública sobre o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho convocada pelo diretor Eduardo Côrtes para o dia 16, às 9h, no auditório do Quinhentão, no CCS, está mobilizando toda a

comunidade. Além de envolver a sociedade com a luta pela manutenção da unidade hospitalar para doenças de alta complexidade, a intenção é afastar de vez o fantasma da Empresa Brasileira de Serviços

Hospitalares (Ebserh) que continua rondando os HUs da UFRJ.

Conforme declararam dirigentes das entidades representativas dos segmentos da UFRJ, o momento é oportuno para uma discussão

pública sobre o HU, pois, apesar de o Conselho Universitário ter rechaçado a adesão da instituição à Ebserh, a empresa ainda é uma ameaça. Lideranças sindicais e estudantis, pacientes e familiares,

parlamentares, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), centrais sindicais, juristas, entre outros setores representativos da sociedade organizada já confirmaram presença na audiência.



Foto: Adufrj

Fotos: Renan Silva

“Celebramos um ano sem a Ebserh”

Segundo o coordenador-geral do SintufRJ Francisco de Assis, a audiência será mais um foco de resistência para fortalecer a luta e o enfrentamento contra a Ebserh. Tanto é que a Fabsubra não vai apenas estar presente, irá jogar peso político no evento, em aliança com os movimentos sociais organizados.

“Como entidade sindical, daremos peso para as demandas pelas quais devemos pressionar o governo, que são aquelas relacionadas a atender às necessidades de pessoal dos hospitais universitários visando à normalização do funcionamento do HU. Esta (a audiência pública) é mais um espaço para disputa da nossa concepção de serviço público frente aos ataques da Ebserh no país inteiro. Um foco de resistência, uma trincheira de luta dos movimentos que são contra a Ebserh”, disse o dirigente, explicando que a audiência será também uma celebração pelo fato de a UFRJ ter afastado, há um ano, a ameaça da Ebserh: “Uma celebração pela demonstração de que, com luta, é possível resistir, e a universidade pode ser autônoma sem que tenhamos que entregar o hospital para empresas privadas. Nós estamos chamando a sociedade à responsabilidade.”

“Ninguém, além de nós, para gerir o hospital”

Gabriela Celestino, diretora de Saúde do DCE Mário Prata e do Centro Acadêmico de Enfermagem, e representante dos estudantes no Conselho Universitário, afirmou que o DCE já está mobilizando os estudantes para que compareçam à audiência pública sobre o Hospital Universitário. Mas ressalta que mesmo assim planeja passar nas salas de aula para intensificar a mobilização, “porque esta audiência é muito importante, ainda mais quando a proposta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares está sendo aprovada em alguns hospitais e quando há o risco iminente da volta da discussão sobre a entrada da Ebserh na universidade”.

Ela apontou a necessidade da discussão sobre o financiamento dos hospitais universitários, de pôr às claras a situação pela qual o hospital passa, o que falta e o que pode ser melhorado para que funcione adequadamente para atender a seu papel. A estudante destaca a importância também de que o esforço seja da comunidade – estudantes, técnicos-administrativos, docentes e usuários –, e da sociedade conjuntamente “para que os hospitais funcionem plenamente e para provar que a gente não precisa aderir a nenhuma empresa para isso. Ninguém além de nós mesmos para gerir os HUs”.

“O HU não só não fechou, como está melhorando”

O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Rezende Ribeiro, considerou importante a audiência pública para que se cobre, de fato, a realização da autonomia universitária e para mostrar que a própria universidade dá conta de gerir seus hospitais. Para ele, o problema não se resume a uma operação na gerência interna da universidade. É uma questão de financiamento, e não é a Ebserh que vai resolver

“Essa audiência pode mostrar que o hospital está resolvendo seus problemas de décadas – e que não se resolvem de uma hora para outra – sem necessidade de interferência externa, como a Ebserh. A audiência vai servir para tornar público que a universidade é capaz de exercer sua autonomia em relação a seus problemas da melhor maneira pedagógica possível”, opinou.

Para o docente, a forma como os ministérios da Educação e da Saúde têm tratado os hospitais universitários, do ponto de vista da orçamentação, vem impedindo essas unidades de dar conta de seus problemas. “Não é questão de gestão externa. A questão é que a universidade tem que ter garantida sua autonomia pelo orçamento que os ministérios não têm garantido”.

Para ele o propósito da audiência pública é expor que o fator (de dificuldades) não é ingerência de gestão, e também mostrar que o hospital está funcionando, que não só não fechou, como está melhorando.

Apoio da sociedade

Na reunião do Conselho de Administração do Centro de Ciências da Saúde, na segunda-feira, dia 8, o diretor do HU, Eduardo Côrtes, declarou que as condições do hospital são inaceitáveis há mais de 10 anos e por isso havia “chegado o momento da gente se posicionar”, mas com o apoio da sociedade à instituição.

E aproveitou para convocar todos os presentes na reunião para a audiência pública “em que se buscará ouvir o que a sociedade pensa da situação (do HU), como a reposição de pessoal necessário para o seu funcionamento”. Ele informou que está convocando parlamentares, candidatos ao Senado e o governo do estado, o procurador-geral da República, Ministério Público Federal de Contas, o presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle dos Tribunais de Conta do Brasil (ANTC), porque, a seu ver, são pessoas que podem embasar o debate em termos de finanças públicas, das finanças do hospital universitário e da legislação brasileira sobre o tema.

Ele defende que é preciso reivindicar orçamento adequado para o HU e que este pleito deve ser levado à Câmara de Deputados para aprovação de uma lei.

Na audiência, segundo o diretor, um vídeo vai mostrar depoimento de familiares e pacientes do HU.

Para ele, a audiência pública pode ser convocada por qualquer instituição pública, e que decidiu convocá-la em função do impasse em que vive o hospital.

ASSALTO A DIREITOS

Terceirizada admite não ter condições de manter contratos com a UFRJ



Foto: Renan Silva

ROSANA Alves Tavares, **MARIA** Angela Borges e **RENATA** Monteiro

Na quinta-feira, dia 11, a empresa Carter de Empreendimentos Mão de Obra Ltda., que há dois meses não paga os salários dos 18 terceirizados do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), se reuniu com a comissão de trabalhadores e a direção da unidade hospitalar com o propósito de rescindir os contratos de trabalho para que os profissionais pudessem retornar à antiga condição de extraquadro.

Essa foi a solução encontrada pelo diretor do IPPMG, Edimilson Migowski, e pela pró-reitora de Gestão e Governança, Aracelli Cristina, para garantir a continuidade da permanência dos 18 trabalhadores na unidade hospitalar, depois que a empresa terceirizada admitiu não ter condições financeiras de honrar o contrato. No dia anterior, a Carter também rescindiu o vínculo empregatício dos terceirizados que trabalham no Hesfa.

Atrasados não são pagos

De acordo com a técnica-administrativa do IPPMG que atua como fiscal do contrato, Marcia Cristina Oliveira, a rescisão contratual foi feita, mas quanto ao pagamento dos salários de julho e agosto, não houve definição.

Rejane da Vitória Rosa, que representou a Carter na quinta-feira, no IPPMG, disse que a empresa condicionou o pagamento dos salários atrasados ao recebi-

mento pelo contrato com a UFRJ, mas admitiu que isso ainda não ocorreu porque a Carter não enviou as faturas dos dois meses. A razão para isso, segundo preposta, é “porque estão faltando comprovantes tributários”.

Ela também justificou as dificuldades da Carter em honrar o contrato com a UFRJ pela obrigatoriedade contratual do pagamento de mínimos direitos trabalhistas aos terceirizados, como vale-transporte e tíquete-refeição, que chamou de “muitos descontos”.

A empresa Carter mantém ainda funcionários terceirizados trabalhando na UFRJ nos seguintes locais: Prefeitura Universitária, HU, IDT, PR-1, PR-6, Gabinete do reitor, Casa da Ciência, Editora UFRJ, DGDI, Superintendência fora da sede, Instituto de Ginecologia, UFRJ-Macaé e Instituto de Psiquiatria.

Situação insustentável

Rosana Alves Tavares entrou no IPPMG em 2004 pela Cooperativa Arco-Iris e depois se tornou extraquadro. Sua função no hospital é de auxiliar administrativa no Materno-Infantil. “Sei que faço falta no meu setor, mas

sou obrigada a faltar por falta de dinheiro de passagem, como a maioria. Mas espero que a nossa rotina volte ao normal”, disse.

Ela informou que somente receberam o salário de junho no dia 1º de agosto e que se não fosse algumas chefias bancarem o custo de condução, os 18 trabalhadores sem salários seriam obrigados a ficar em casa.

Maria Angela Borges tem 18 anos de IPPMG: já foi cooperativada, prestadora de serviço, extraquadro e agora terceirizada. Ela secretaria o Laboratório Multidisciplinar e não tem dúvidas: “Ninguém fica tantos anos numa instituição se não for necessária”.

Além de não pagar em dia, Angela e Rosana informaram que a Carter registrou todos os extraquadro como auxiliar de processamento de dados.

Renata Monteiro é secretária na Unidade de Pacientes Internos (UPI) desde fevereiro de 2014, quando foi admitida como extraquadro. “Tenho dois filhos e muitas contas a pagar. Mas não desanimamos. Gosto do que faço, e, se a universidade abrir concurso para os HUs, eu vou fazer”, antecipou a terceirizada.

QUALIDADE DE VIDA

Alimentos saudáveis e baratos na Praia Vermelha



Foto: Renan Silva

BARRACA Camponesa dos pequenos agricultores

A Comunidade da UFRJ pode desfrutar todas as terças-feiras, das 8h às 18h, da Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis, no campus da Praia Vermelha. A iniciativa é da Escola de Serviço Social (ESS) através do projeto de extensão universitária “Agroecologia em assentamentos rurais: uma estratégia de ampliação da renda familiar”, coordenado pela professora da ESS Maristela Dal Moro e realizado em parceria com o Movimento dos Pe-

quenos Agricultores (MPA).

O objetivo da Barraca Camponesa – com a realização de feiras de produtos livres de agrotóxicos – é uma estratégia para facilitar o acesso da comunidade acadêmica a esses produtos e estreitar a relação entre os pequenos agricultores do Estado do Rio de Janeiro e a população urbana. Os alimentos são produzidos por agricultores de Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes e Teresópolis, e são vendidos na uni-

versidade por preços compatíveis e até abaixo do que é praticado nos supermercados e hortifrutis do entorno do campus.

Formação pela terra

A experiência da Barraca Camponesa foi iniciada na ESS como uma iniciativa da coordenação e dos estudantes da turma de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária, que tem como objetivo formar jovens militantes dos movimentos e assentados da reforma agrária como assistentes sociais. O projeto começou em 2011 e a conclusão está prevista para 2015.

“A agricultura camponesa é um modelo contra-hegemônico aos monopólios das redes de supermercados e ao modelo agrícola baseado no monocultivo, na concentração de terras, exploração dos trabalhadores no uso intensivo de agrotóxicos. Entendemos que a inserção deste segmento na universidade pode contribuir com a construção de diálogos e novos caminhos dentro e fora dos muros da

universidade”, ensina a aluna do projeto Adriene Sá.

Segundo Maristela Dal Moro, desde o início o projeto trouxe a necessidade de debater a temática da produção de alimentos no Brasil e a necessidade de esclarecer a população acerca do uso indiscriminado de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Por isso a realização da Barraca Camponesa como estratégia para aproximar a comunidade acadêmica. “A aceitação da iniciativa por parte da comunidade acadêmica possibilitou a continuidade da feira, tornando-a permanente”, acrescenta Maristela.

A partir de 2013 a feira foi incorporada ao projeto de extensão “Agroecologia em assentamentos rurais: uma estratégia de ampliação da renda familiar”, coordenado por Maristela. O objetivo do projeto é contribuir para fortalecer a produção e a comercialização de produtos saudáveis em vários assentamentos e comunidades camponesas do Estado do Rio de Janeiro. A articulação com o MPA

ampliou ainda mais as atividades do projeto, tornando a Barraca Camponesa semanal.

“Estamos bastante motivados a continuar com essa atividade, mesmo com todos os desafios. A falta de recursos para subsidiar a sua realização é a maior dificuldade que encontramos nesse momento. A equipe envolvida no projeto vem se esforçando para encontrar alternativas que minimizem as dificuldades e procura novos parceiros para fortalecer a proposta. Contamos atualmente com a participação do projeto “Laços e Nós” do Instituto de Psicologia e esperamos ampliar mais o número de colaboradores ainda este ano”, declara Maristela.

A parceria com o Instituto de Psicologia oferece também na Barraca Camponesa saborosos biscoitos e lindas bijuterias. Neste mês de setembro a Barraca Camponesa irá funcionar todas as terças-feiras, das 8h às 18h, no campus da Praia Vermelha. É ir lá e conferir!

Propostas dos presidenciaíveis para ações afirmativas

Apenas quatro candidatos ao Planalto incluíram em seus programas propostas favoráveis sobre o tema

O tema especial do boletim *Tempo em Curso* do mês de agosto do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) do Instituto de Economia da UFRJ é sobre as propostas para a igualdade racial dos candidatos à Presidência da República.

A pesquisa sobre as propostas dos candidatos na área da promoção de igualdade racial foi feita com base nos respectivos programas das candidaturas presidenciais disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A análise se dedica a cinco áreas de políticas públicas que foram consideradas entre as de maior destaque no quadro atual de luta para a promoção da igualdade racial: a) políticas de ação afirmativas; b) titulação das terras quilombolas; c) violência contra a população negra; d) saúde da população negra e e) intolerância religiosa.

Nesta edição do Jornal do Sintufrj publicamos as propostas em relação às “Políticas de Ação Afirmativas” registradas no TSE. Apenas quatro candidatos apresentaram em seus programas propostas favoráveis nesse sentido: PT, PSTU, PSDB e PSB. Nas eleições de 2010 foram três as candidaturas que defenderam este tipo de política: PT, PSTU e PV.

PSDB – Aécio Neves

A candidatura do PSDB é expressamente indicada à “defesa e manutenção das ações afirmativas de inclusão social, inclusive cotas, em razão de raça”. Em 2010, o partido não mencionava o tema das ações afirmativas em seu programa. Por outro lado, é interessante citar o fato de que um dos principais partidos que



compõem a coligação com os tucanos, os Democratas (DEM), até bem recentemente se manifestou, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), contrário a esse tipo de medida. Nesse plano, a coligação “Muda Brasil” acabou optando por uma linha programática diferente da posição assumida por ao menos um de seus partidos coligados há poucos anos.

PT – Dilma Rousseff

A candidatura petista defende a manutenção e ampliação dos programas de ação afirmativa na educação. “A grande transformação que os governos do PT e de seus aliados vêm promovendo no ensino expressa-se, também, (...) na adoção da lei de cotas nas universidades públicas e nos 3 milhões de estudantes que tiveram oportunidades de fazer um curso superior graças ao ProUni e ao Fies”.

Igualmente, as cotas nos

exames vestibulares e nos concursos públicos são um dos pontos destacados pelo partido: “A luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial continuarão tarefas prioritárias de nosso governo. Temos o desafio de tornar realidade a Lei de Cotas no serviço público federal, sancionada em junho de 2014, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela Lei de Cotas nas universidades públicas”.

PSTU – Zé Maria

O tema das ações afirmativas no serviço público é também presente na campanha do PSTU, que igualmente defende uma ampliação das cotas no ensino superior. “O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades e serviços públicos”.

PSB – Marina Silva

O PSB aponta, entre seus pontos programáticos, a intenção de “reforçar políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas, como parte de um processo de restauração do equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias”.

Da leitura do conjunto das plataformas das candidaturas presidenciais, foram identificadas duas passagens que sugerem posições reticentes em relação às ações afirmativas.

PSC – Everaldo Pereira

O PSC defende “tratamento estatal isonômico para toda a sociedade, com a promoção de políticas públicas que garantam que os menos afortunados possuam condições satisfatórias para exercício do autodesenvolvimento, sem distinção de cor, credo ou qualquer outra forma discriminatória”. Ou seja, apesar de o PSC não mencionar

as ações afirmativas em prol dos afrodescendentes em seu programa (nem positiva, nem negativamente), dada a maneira pela qual denota compreender as políticas públicas (em viés puramente universalista, vale lembrar que as ações afirmativas podem ser entendidas como políticas de discriminação positiva), fica sugerido que esta agremiação tem posição contrária.

PCO – Rui Pimenta

Já a proposta do partido menciona as ações afirmativas apenas uma vez: “não será através de políticas e ações afirmativas que a população negra acabará com a opressão racial, mas somente por meio da luta política capaz de destruir o estado burguês no processo revolucionário pela construção do socialismo”. Assim, da leitura do texto do partido, fica sugerido que, ou esta agremiação considera as ações afirmativas como uma política pública de menor importância, ou que não é a favor das políticas de ações afirmativas para os afrodescendentes.

As demais candidaturas não fizeram menção ao tema das ações afirmativas.

De qualquer forma, considerando as atuais pesquisas de intenção de voto, destaca-se que as três principais candidaturas presidenciais – PT, PSDB e PSB – declaram-se expressamente favoráveis às ações afirmativas para afrodescendentes através de cotas, seja em concursos, seja nos exames de acesso às universidades públicas.

“Talvez este novo consenso expresse a plena aceitação que este tipo de política encontrou junto à maioria da população brasileira, incluindo, naturalmente, a parcela votante”, finaliza a pesquisa de Laeser.



O Sindicato vai realizar pesquisa para identificar o nível de escolaridade dos técnicos-administrativos da UFRJ e como se assumem enquanto etnia (branco, negro, pardo). Aguarde!

SINTUFRJ QUER SABER

Candidatos ao Senado expõem suas propostas para a educação

São oito os candidatos que disputam a vaga de senador pelo Rio de Janeiro: Carlos Lupi (PDT), Cesar Maia (DEM), Sebastião Neves (PRB), Eduardo Serra (PCB), Heitor Fernandes (PSTU), Liliam Sá (PROS), Pedro Rosa (PSOL) e Romário (PSB). O *Jornal do Sintufrij*, através das assessorias, solicitou a todos eles que respondessem a duas perguntas: O que pretende fazer para melhorar a educação pública no país? e Qual será o seu primeiro ato se eleito for? A intenção é publicarmos as respostas a partir desta edição, respeitando a ordem alfabética do registro dos concorrentes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conheça o perfil e o que responderam os candidatos Carlos Lupi, Cesar Maia e Eduardo Serra. As respostas chegaram à redação do *Jornal do Sintufrij* por e-mail, e Cesar Maia foi o mais econômico com as palavras.

Carlos Lupi 123 - PDT



Fotos: Internet

Tem 57 anos, é formado em Administração, Economia e Contabilidade, foi um dos fundadores do PDT e preside o partido desde 2004. Em 1983, coordenou as Regiões Administrativas da cidade e em 1990 foi eleito deputado federal e fez parte da comissão que elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em 1992, assumiu a Secretaria municipal de Transportes, e, em 1999, foi secre-

tário de governo. No governo Lula, foi ministro do Trabalho e Emprego e seguiu na função no governo Dilma Rousseff até dezembro de 2011, quando o Brasil atingiu a marca histórica de mais de 30 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

1 - O que pretende fazer para melhorar a educação pública no país?

Considero que a educação é o único instrumento de transformação da sociedade. Eu quero, como senador da República, defender a federalização da educação, em tempo integral, do ensino fundamental. É uma proposta que não é minha; é do senador Cristovam Buarque, meu companheiro de partido, mas eu penso que esta é a melhor proposta para garantir, no começo da vida, a formação desta criança, que é ensino fundamental, uma educação de qualidade.

Educação de qualidade tem que ser como pensava o professor

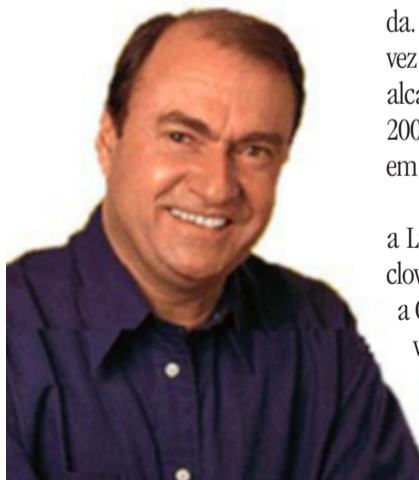
Darcy Ribeiro e Leonel Brizola executou: as crianças permanecendo oito horas dentro de uma escola de primeiro mundo: uma escola bonita, grande, espaçosa, que se integre com a comunidade, que tenha área de lazer, quadra poliesportiva, biblioteca e, se possível, piscina. Com cinco refeições ao dia, com a garantia de uma linha pedagógica que, cada vez mais, abra os horizontes para o futuro desta criança, principalmente investindo em tecnologia de ponta, em informática; interagindo e dando cidadania às comunidades mais pobres do nosso país.

E a federalização é o princípio básico disto, porque é o governo federal, com os seus recursos, que tem que garantir esta escola de tempo integral.

2 - Qual será seu primeiro ato se eleito for?

Exatamente o da primeira pergunta. Apresentar um projeto que garanta esta escola, com a prioridade absoluta da federalização da educação pela União.

Cesar Maia 255 - DEM



da. Em 1992 foi eleito pela primeira vez prefeito do Rio de Janeiro, fato alcançado novamente nos anos 2000 e 2004. Concorreu ao Senado em 2010, mas não foi eleito.

Como prefeito do Rio, construiu a Linha Amarela e as primeiras ciclovias do país. Construiu também a Cidade do Samba, o espaço reservado aos barracões das escolas de samba que fazem parte do Grupo Especial e o Estádio Olímpico João Havelange, conhecido como Engenhão.

Em 2012 foi eleito vereador do Rio de Janeiro pelo DEM.

1 - O que pretende fazer para melhorar a educação pública no país?

Regulamentar o pré-sal e definir pelo menos metade dos 75% que cabem à educação para o magistério.

2 - Qual será seu primeiro ato se eleito for?

Implementar os 10% do PIB aprovados para a educação.

Cesar Maia é formado em Engenharia de Produção de Mineração pela Universidade Federal de Ouro Preto e em Economia pela Universidade do Chile. Iniciou sua vida política participando do movimento estudantil e posteriormente como militante do PCB.

Antes de entrar para o DEM, foi filiado ao PDT, PMDB, PFL e ao PTB. Seu primeiro cargo eletivo foi o de deputado federal constituinte em 1986, sendo reeleito em segui-

Eduardo Serra 211 - PCB



Eduardo Serra, 58 anos, é militante do PCB desde o final da década de 1970, e iniciou sua vida política no movimento sindical. Engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado e doutorado pela Coppe, é professor da Escola Politécnica da UFRJ, onde leciona no curso de Engenharia Naval e no mestrado em Engenharia Ambiental. É também escritor.

Foi dirigente do Sinpro e do Andes. Foi o candidato do PCB à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2008 e ao governo do Estado em 2010.

1 - O que pretende fazer pela educação pública no país?

Entendemos que a educação assim como a saúde, o transporte urbano, os alimentos básicos e outros itens fundamentais para a vida não podem ser mercadorias.

Propomos o acesso universal à educação pública, estatal, gratuita e de alta qualidade para todos, em todos os níveis, com apoio aos estudantes, bons salários e planos de carreira para os profissionais. Para isso, exigimos que 10% do orçamento público sejam efetivamente aplicados na educação estatal.

Queremos uma auditoria

da dívida pública, com a suspensão dos pagamentos, para que, após uma renegociação soberana, tenhamos mais recursos para as áreas sociais.

2 - Qual será seu primeiro ato se eleito for?

O primeiro ato do mandato será a apresentação de nosso programa, apontando para a construção do Poder Popular — um conjunto de organizações e ações políticas para que a população possa participar de forma decisória do processo político —, a luta pela retomada dos direitos dos trabalhadores, que foram retirados nos últimos 20 anos, a reestatização das empresas que foram privatizadas e a estatização de empresas estratégicas, a reforma agrária plena, a auditoria e a suspensão dos pagamentos da dívida pública, a luta contra todos os tipos de discriminação.